

2016 EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 8 - N.01
Março de 2016
ISSN: 2176 - 4883



DOSSIÊ
Comunicação Política

Rodolfo Marques

Bruno Conceição

Thiago Moraes

Doacir Quadros

Érica Anita Baptista

Patrícia Contreiras

Romer Mottinha

OPINIÃO

Gláucio Soares

RESENHA

Nerea Ramírez

Noelle Del Giúdice

Paulo Victor Melo



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 34093823

CORRUPÇÃO POLÍTICA E MÍDIA: O CASO DOS SUBMARINOS EM 2010 EM PORTUGAL¹

Érica Anita Baptista
Universidade Federal de Minas Gerais
✉ anitaerica@gmail.com

Patrícia Contreiras
Centro de Investigação Media e Jornalismo – Universidade Nova de Lisboa
✉ patricia.contreiras@gmail.com

Resumo: Pretendemos neste artigo analisar a cobertura jornalística televisiva em prime-time de três emissoras nacionais de sinal aberto – RTP1, SIC e TVI – em 2010 de um dos casos de corrupção ocorridos em Portugal que causou sérios prejuízos financeiros ao Estado: o Caso dos Submarinos. Partimos do pressuposto de que a cobertura da análise jornalística foi tratada pelas emissoras em questão privilegiando o escândalo e a espetacularização em detrimento do debate público sobre as causas e efeitos da corrupção na sociedade. Também trabalhamos com a proposta de sobreposição de atores em relação à análise do próprio caso.

Palavras-chave: Corrupção Política; Televisão; Caso dos Submarinos; Portugal; Agenda-Setting.

Abstract: We intend in this article to analyze the television news coverage in prime-time three national broadcasters - RTP1, SIC and TVI - in 2010 about one of the cases of corruption that took place in Portugal which caused serious financial loss to the state: the case of Submarines. We assume that the coverage of journalistic analysis was treated by broadcasters concerned favoring scandal and spectacle at the expense of the public debate about the causes and effects of corruption in society. We also work with proposal the actors overlay regarding the examination of the case itself.

Keywords: Political corruption, television, Case of Submarines, Portugal, Agenda-setting.

Introdução

A corrupção é um dos problemas que atentam contra a qualidade dos serviços públicos afetando a qualidade de vida dos cidadãos, e também pode ser um entrave para a confiança dos cidadãos na representação política, podendo interferir na legitimidade e consequente estabilidade do regime democrático (MOISÉS, 2010).

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no IV Congresso Internacional de Comunicação Política e Estratégias de Campanha da ALICE, em Belo Horizonte, em 2015.

Assumimos, aqui, que a corrupção política pode ser entendida como o uso ilícito da autoridade e do abuso ao poder para benefício próprio em detrimento do bem estar da sociedade.

O tema da corrupção tem crescido em termos de visibilidade nos meios de comunicação dos regimes políticos democráticos. E a percepção que os cidadãos têm do fenômeno tem sido mensurada periodicamente por diversas instituições, como a Transparência Internacional. Os meios de comunicação são importantes fontes de informação para os cidadãos e são consideráveis os índices de confiança, e muitas investigações sinalizam que a percepção da corrupção sofre influências da cobertura midiática, ainda que ela seja trabalhada de modo a privilegiar a perspectiva do escândalo - “indústria mediática do escândalo” (HEIDENHEIMER, JOHNSTON, LEVINE, 1999; THOMPSON, 2002). No entanto, é necessário destacar o relevante papel dos *media* no combate à corrupção, ao descortinarem os casos e os tornarem públicos.

A articulação entre os temas dos *media* e a corrupção é comum em vários países, o que motivou o projeto de investigação “*Journalistic Coverage of Political Corruption: a comparative perspective*”², liderado pelo Centro de Investigação Media e Jornalismo, sediado na Universidade Nova de Lisboa, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade de Moçambique. O projeto dedica-se ao estudo da cobertura jornalística de casos de corrupção política nos *media mainstream* e na internet.

Este artigo insere-se nesse projeto e apresenta a análise da cobertura jornalística televisiva em *prime-time* de três emissoras nacionais de sinal aberto – *RTP1*, *SIC* e *TVI* – em 2010 de um dos casos de corrupção ocorridos em Portugal que causou sérios prejuízos financeiros ao Estado: o caso dos Submarinos. Partimos do pressuposto de que a cobertura da jornalística do Caso dos *Submarinos* foi tratada pelas emissoras em

² Projeto com referência: PTDC/IVC-COM/5244/2012 financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT e alojado no Centro de Investigação Media e Jornalismo.

questão privilegiando o escândalo e a espetacularização em detrimento do debate público sobre as causas e efeitos da corrupção na sociedade. E, ainda, presumimos que houve uma sobreposição de atores em relação à análise do próprio caso.

Corrupção: abordagens teóricas e percepção

De modo amplo, a corrupção trata do uso ilegal do poder ou da influência para enriquecer a si próprio ou obter algum tipo de benefício, contrariando as convenções legais ou leis em vigor. Não se pode dizer, no entanto, da existência de um consenso teórico do que se entende por corrupção no pensamento político ocidental. A construção de uma teoria política da corrupção exigiria não apenas as possibilidades descritivas dos conceitos políticos, mas deveria incluir, ainda, o horizonte normativo expresso por cada teoria (FILGUEIRAS, 2008).

Dentre os estudos que buscam compreender e conceituar a corrupção, destacamos duas vertentes que tiveram início a partir do século XX. Numa delas, a “teoria da modernização”, iniciada no contexto subsequente à Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos, a intenção é procurar no sistema organizacional dos países industrializados as variáveis sociais que basearam o seu desenvolvimento em grandes mudanças. Em termos gerais, esta corrente observa mudanças sociais em grandes dicotomias, como em nações sub e desenvolvidas. A corrupção representaria o mau funcionamento das organizações, que não se teriam adaptado às mudanças. Outra abordagem tornou-se hegemônica a partir da década de 1990 e aproxima a ocorrência da corrupção dos meandros dos setores públicos e privados, por meio de um favorecimento dos agentes públicos nos modos de suborno e propina (ROSE-ACKERMAN, 1999, 2002). A corrupção estaria relacionada a um comportamento conhecido como *rent-seeking*, no qual os agentes procuram maximizar os seus lucros privados, independente se está fora das regras de conduta estabelecidas.

A dificuldade em definir a corrupção também reside no problema em qualificá-la enquanto crime, o que é agravado, muitas vezes, pelos obstáculos que existem na compreensão do contexto da ocorrência da corrupção. Assim, mensurar a corrupção diretamente torna-se inviável, sendo necessário recorrer a medidas indiretas, como a percepção. Casas e Rojas (2008) alertam que “corrupção” e “percepção da corrupção” são conceitos distintos. A corrupção trata da ocorrência do problema, enquanto a percepção explica a sensação que os cidadãos têm na interpretação do seu entorno.

Tanto a definição do que é a corrupção como a percepção podem ser considerados como um problema cultural, na medida em que dependem de como a sociedade compreende as regras e, ainda, de como esta interpreta os desvios (MELGAR, ROSSI, SMITH, 2010; BAPTISTA, FRAIHA, 2014).

2. Escândalos políticos midiáticos e os efeitos midiáticos

Partimos de algumas premissas, que compreendem a importância da mídia, por meio da cobertura dos casos de corrupção, na formação da percepção dos cidadãos em relação ao fenômeno. Acrescentamos, ainda, que essa cobertura midiática é construída, muitas vezes, sob a ótica dos escândalos. Diversos estudos apontam para a crescente visibilidade dos casos de corrupção, seja na imprensa, rádio, TV ou internet (BAPTISTA, 2015; CUNHA, 2014; TELLES, FRAIHA, LOPES, 2014).

A centralidade dos meios de comunicação alterou as relações entre os campos político e midiático, e os *media* surgem como um recurso de publicização, estimulando o debate e conferindo visibilidade, deixando em relevo os atos do poder. Nesse cenário, um acontecimento que rompe normas, códigos ou valores responsáveis por regular as relações pessoais, políticas, económicas etc., pode ser caracterizado como um escândalo, independente de sua classificação, seja político, midiático, sexual, etc. (THOMPSON, 2002; PAIXÃO, 2010). Quando um caso de corrupção é

descortinado, ganha visibilidade mediática e desaprovação social, pode-se caracterizar o acontecimento como um escândalo político mediático.

O escândalo político envolve agentes e ações dentro do campo político, e os efeitos atingem as relações dentro desse campo. A aquisição e o exercício do poder político estão relacionados, entre outras formas, com o uso do poder simbólico. Thompson (2000) refere-se ao poder simbólico como a capacidade de influenciar no curso dos acontecimentos e das ações, e mesmo de criar acontecimentos. O escândalo político diz respeito à luta pelo poder simbólico e os *media* descortinam os acontecimentos previamente ocultados.

Nesse contexto, é oportuno destacar algumas estratégias de operacionalização dos acontecimentos pelos meios de comunicação, que nortearam nossa análise, como as hipóteses relativas ao *agenda-setting*. Para essa perspectiva, os *media* constroem uma representação da realidade, ao dar destaque a determinados assuntos e a hierarquizar a importância dos acontecimentos e, também, ao apontar ao público os temas sobre os quais é importante e necessário ter uma opinião e uma discussão a respeito.

As hipóteses iniciais sobre o agendamento dos *media* tratavam da sua capacidade em influenciar o comportamento do indivíduo. Ainda em 1922, Walter Lippman propôs que os meios de comunicação participavam ativamente na estruturação da ordem das informações e das imagens, direcionando e “facilitando” a assimilação por parte do público. Em 1958, houve a primeira menção ao *agenda-setting*, quando Norton Long afirmou que os jornais pautavam e influenciavam os leitores, na medida em que agendavam os debates na sociedade. A partir da década de 1970, as investigações acerca da hipótese do agendamento dedicaram-se aos efeitos sociais dos meios de comunicação (MCCOMBS, SHAW, 1972).

Na perspectiva do agendamento, os *media* não teriam capacidade de dizer às pessoas **o que pensar**, porém seria realizável dizer **sobre o que** elas deveriam pensar (PORTO, 2004). O conceito de enquadramento (*framing*) completa, então, a ideia de

agendamento, sendo um “segundo nível de efeitos”; dessa forma, a importância deixa de ser a maneira como a cobertura dos *media* afeta **sobre o que** as pessoas pensam – primeiro nível de agendamento – e, sim, em **como** o público pensa acerca desses temas – enquadramento. Ao dar relevo a alguns aspetos da notícia, os *media* acabam por determinar o seu enquadramento, ou seja, além de dar uma definição particular ou própria ao evento, ele pode orientar também a interpretação.

Scheufele (2000) reforça que o *agenda-setting* é considerado uma hipótese ou uma formulação por ter um carácter mais especulativo do que propriamente teórico. E ele destaca que os estudos avançaram e trabalharam melhor a ideia do agendamento, sugerindo que o enquadramento e o *priming* seriam um complemento, o que tornaria mais compreensível essa proposta.

De acordo com a premissa do *priming*, o conteúdo dos *media* pode ativar certos esquemas mentais que podem, por sua vez, influenciar, por exemplo, a avaliação do público a respeito de figuras públicas ou temas (IYENGAR, KINDER, 1987; WEAVER, 2007). Assim, a variável independente é a notícia mediática, ou seja, a forma como a informação é construída pelos *media*, ao passo que a avaliação que é feita dos temas ou dos atores políticos pode variar em função disso, sendo, portanto, a variável dependente (CHONG, DRUKMAN, 2007).

3. O caso dos *Submarinos*

O “caso dos *Submarinos*” diz respeito a um caso de corrupção em Portugal relativo ao processo de aquisição de dois submarinos pelo XV Governo Constitucional (2002-2004), presidido por Durão Barroso. Com base na análise da cobertura televisiva, que a seguir desenvolveremos, conseguimos traçar algumas linhas fundamentais deste caso mediático. O caso remonta a 1998-1999, quando tem início em Portugal o Programa Relativo à Aquisição de Submarinos publicado na Resolução de Conselho de Ministro de 14/98. Até 2001 processa-se a fase de aceitação de

propostas com os dois candidatos, o consórcio alemão German Submarine Consortium (GSC) e o francês DCN Internacional (DCNI).

Em 2002, Durão Barroso toma posse como Primeiro-Ministro, que retoma as negociações com os alemães. No ano seguinte, o contrato para a construção de dois Submarinos foi adjudicado pelo então ministro da Defesa Paulo Portas, líder do partido Centro Democrático Social (CDS), ao consórcio alemão GSC.

Contudo, foi durante as investigações do Ministério Público (MP) a um outro caso de corrupção – o caso Portucale – que se encontraram associações da empresa Espírito Santo Commerce (ESCOM), do então maior grupo financeiro português, o Grupo Espírito Santo, ao consórcio vencedor do concurso dos dois Submarinos. A ESCOM teria recebido 30 milhões de Euros do consórcio alemão, no entanto, não haveria contrapartida relevante para tal pagamento. Esse dinheiro foi, de acordo com investigadores alemães, circulado por “paraísos” fiscais das Bahamas e Ilhas Cayman. As suspeitas de corrupção surgem nessa altura, em razão da entrada de um milhão de Euros numa conta bancária do partido CDS, sendo que o depósito foi realizado parcelado por vários dias e, em alguns casos, com uso de nomes fictícios. Tal facto levantou suspeitas e as autoridades judiciais relacionaram o caso com escutas realizadas no âmbito das investigações do caso Portucale, entre Paulo Portas, o responsável pelas finanças do CDS, Abel Pinheiro e António Pires de Lima. No período abrangido pela análise, o ano de 2010, as autoridades alemãs detêm um administrador do grupo Man Ferrostaal (que pertence ao consórcio GSC), num caso de corrupção relativo à construção de Submarinos para as marinhas portuguesa e grega. O cônsul honorário de Portugal em Munique, Jürgen Adolff, é afastado do seu cargo por suspeitas de tráfico de influências e corrupção, e por ter recebido subornos de 1,6 milhões de Euros por ter ajudado a Man Ferrostaal a vender os submarinos ao Estado português.

O então primeiro-ministro, Durão Barroso, e presidente da Comissão Europeia em 2010 é mencionado por envolvimento no negócio. É revelada a relação íntima entre uma das procuradoras do processo e o presidente da INTELI que colaborou com o MP na investigação de várias empresas envolvidas nas contrapartidas. Por conseguinte, os advogados dos arguidos contestam a veracidade das perícias feitas. A diretora do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), Cândida Almeida considera que a relação não prejudicaria nem comprometia a investigação.

Na Alemanha, dois ex-gestores da Man Ferrostaal admitiram ter distribuído subornos, em Portugal e na Grécia, para obterem as encomendas. Os ex-executivos da Man Ferrostaal foram condenados a dois anos de prisão com pena suspensa e a pesadas multas. Em Portugal, foram a julgamento quatro arguidos que, contudo, vieram a ser absolvidos sendo o caso arquivado em dezembro de 2014.

Cobertura jornalística televisiva da corrupção política

Como já anunciado, o presente artigo trata da análise a cobertura jornalística televisiva em *prime-time* de três emissoras nacionais de sinal aberto – *RTP1*, *SIC* e *TVI* – em 2010 de um dos casos de corrupção ocorridos em Portugal que causou sérios prejuízos financeiros ao Estado: o caso dos *Submarinos*. Salientamos que só a partir dos finais da década de 1980, com a abertura do mercado houve a liberalização do mercado mediático português. Antes desse período os canais que existiam eram os públicos: a *RTP1* e a *RTP2*³. Depois o mercado foi estendido a operadoras privadas de televisão, quando surgiram os canais de sinal aberto *SIC* (1992)⁴ e *TVI* (1993)⁵. Neste processo, os media assumem um papel primordial no processo de democratização das sociedades modernas, sobretudo promovendo a “socialização dos novos valores e

³ A RTP1 e a RTP2 integram o grupo Rádio e Televisão de Portugal.

⁴ Sociedade Independente de Comunicação (SIC).

⁵ Televisão Independente (TVI).

padrões de comunicação, que podem ser sintetizados na promoção de uma cultura de debate público” (FIGUEIRAS, 2015, p. 113).

Neste trabalho, observamos como os canais em questão midiaticizam o caso de corrupção política do caso dos *Submarinos*. A escolha deste caso deve-se à sua relevância no cenário político e econômico de Portugal, e à sua abrangência, uma vez que foram registadas ocorrências da mesma situação na Alemanha e na Grécia.

Salientamos que em 2010 José Sócrates liderava o seu segundo mandato como primeiro-ministro pertencente ao Partido Socialista (PS) – 2009 a 2011. O país⁶ vivia e enfrentava várias fragilidades económicas, sociais e políticas, e é precisamente nessa altura em que é solicitada a intervenção das instituições de resgate, FMI, Banco Central Europeu e União Europeia.

Metodologia

Como a investigação é parte integrante do projeto “*Jornalistic Coverage of Political Corruption: a comparative perspective*”, os procedimentos metodológicos adotados neste artigo inserem-se na metodologia desenvolvida para o projeto global. A análise de conteúdo manifesto, deu origem a uma base com um total de 32 variáveis. O presente artigo incorpora algumas dessas variáveis:

- 1) Temas: principais assuntos abordados nos três blocos informativos;
- 2) Atores: principais atores incorporados nos três blocos informativos;
- 3) Instituições envolvidas: principais instituições públicas e privadas;
- 4) Ilícitos: variável que caracteriza o ilícito relacionado com o caso de corrupção retratado na peça, mencionado em primeiro lugar na peça;

⁶ O ano de 2010 foi política e economicamente conturbado. Em fevereiro dá-se a queda nas bolsas mundiais derivadas de notícias que a economia portuguesa estaria a ter sérios problemas, iguais aos que afetavam a economia grega. Em abril o Banco Privado Português (BPP) faliu. Em setembro, o Governo apresenta o pacote de medidas de austeridade com o objetivo reduzir o défice público, anunciando cortes nos salários a todos os funcionários públicos com vencimentos acima dos 1.500 Euros. Consequentemente a 24 de novembro ocorre uma das maiores greves gerais em todo o país com a colaboração dos dois sindicatos nacionais, a CGTP e a UGT, na qual os portugueses protestam contra o estado social, económico e político de Portugal.

5) Data: variável identifica a data correspondente à edição onde está inserida a unidade de análise;

O *corpus* de análise da televisão deu origem a 106 peças fornecidas pela plataforma *e-telenews* da empresa Marktest/Mediamonitor com a pesquisa em Caso dos *Submarinos* em horário nobre dos canais de televisão de sinal aberto *RTP1*, *SIC* e *TVI* concernentes à cobertura da corrupção política. Dado o volume deste corpus entre 2015 e 2012, optamos por analisar o ano de 2010 por registrar o maior número de peças. Assinalamos que neste estudo não foram contempladas as peças de Opinião/Comentário.

Partimos das teorias e conceitos já tratados que contemplam as noções de percepção da corrupção sob a óptica do escândalo político, bem como as estratégias dos media no tratamento das notícias. Nos interessa observar, sobretudo: os padrões da cobertura jornalística; os atores e as instituições que lograram maior visibilidade; os temas centrais que permearam as notícias; e elencar os ilícitos nomeados no caso em questão.

Resultados e interpretação

No ano abrangido pela análise, 2010, as notícias das três emissoras dão enfoque, sobretudo, a alguns episódios específicos. São eles:

- incumprimento do contrato de contrapartidas do Consórcio Alemão;
- criação de uma Comissão Permanente de Contrapartidas defendida pelo Bloco de Esquerda (BE);
- relação pessoal entre a procuradora-adjunta Carla Dias e o presidente do Inteli José Rui Felizardo, que coloca a investigação em causa;
- acusações/críticas entre o Partido Socialista (PS) e os partidos da oposição, Partido Social Democrata (PSD) e Centro Democrático Social (CDS), anteriormente

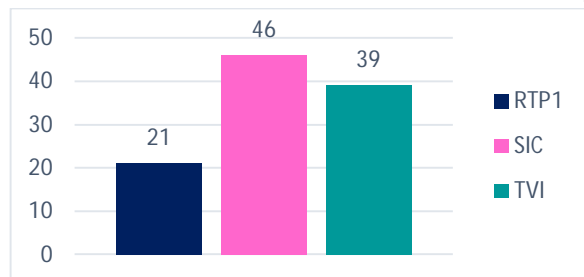
em funções governativas e com responsabilidade nas adjudicações com investimentos que originaram o processo judicial;

- acusações entre governo e oposição a propósito das implicações dos custos dos Submarinos no défice nacional;
- apresentação de uma queixa ao Parlamento Europeu pela eurodeputada Ana Gomes (PS), defendendo a anulação do contrato de aquisição e de contrapartidas;
- suspensão do ex-cônsul honorário, Jürgen Adolff, em Munique;
- aquisição de submarinos associada a financiamentos ao CDS;
- desaparecimento dos documentos da Ata da Comissão das Contrapartidas.

O Procurador-Geral da República, Pinto Monteiro, tem visibilidade quando a relação íntima entre a magistrada Carla Dias e o perito da Inteli começa a levantar dúvidas de ordem ética. Em declarações, Monteiro ordena a abertura de um inquérito para julgar se o DCIAP agiu corretamente em manter Carla Dias no processo.

Os Gráficos 1 e 2 mostram a visibilidade do caso dos *Submarinos*. O mês com um maior número de peças foi o mês de abril (33 peças), seguido de maio (13 peças) e março (12 peças). Em abril, a *TVI* emite um total de 15 peças, a *SIC* 11 peças e a *RTP1* 7 peças. Em março, 7 peças da *TVI*, 3 peças da *SIC* e 2 peças da *RTP1*.

Gráfico 1. Visibilidade do Caso dos *Submarinos* – número de peças/ano 2010

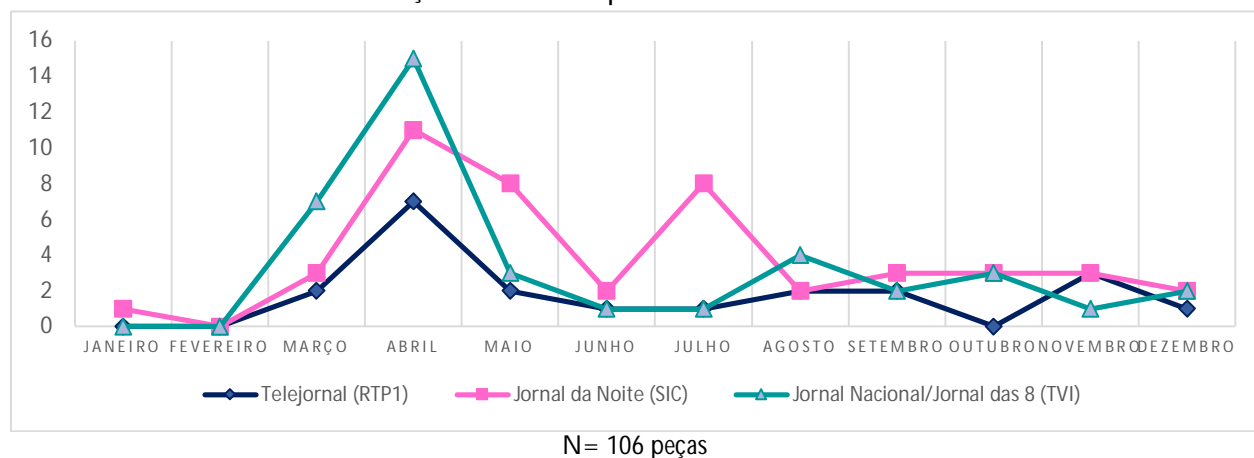


“Telejornal (RTP1)” 21 peças (20%); “Jornal da Noite (SIC)” 46 peças (43%); “Jornal Nacional/Jornal das 8 (TVI)” 39 peças (37%) . N= 106 peças

Fonte: Projeto “Cobertura Jomalística da Corrupção Política: uma perspectiva comparada”

DOSSIÉ
 ÉRICA ANITA BAPTISTA
 PATRÍCIA CONTREIRAS
 CORRUPÇÃO E MÍDIA: O CASO DOS SUBMARINOS EM 2010

Gráfico 2. Peças distribuídas por meses do Caso dos *Submarinos*



Fonte: Projeto “Cobertura Jornalística da Corrupção Política: uma perspectiva comparada”

Uma das primeiras observações a serem feitas na caracterização política do caso é que ela revela o papel das rotinas televisivas na cobertura de fenômenos de corrupção política (CUNHA, 2015). As rotinas são concebidas para ocupar o tempo, apoiando-se muitas vezes em repetições de informações, através de figuras públicas e cenários facilmente reconhecíveis pelo público e que, neste caso, estão presentes na maior parte das “declarações” (Gráfico 3). Estas estão preferencialmente associadas ao Ministro da Defesa, Augusto Santos Silva, e ao líder do partido CDS, Paulo Portas.

Santos Silva assume-se como o ator principal deste caso (Gráfico 4). O ministro da Defesa surge associado a “declarações”, em tom neutro, proferidas no âmbito do incumprimento do contrato das contrapartidas do consórcio alemão. Segue-se Paulo Portas, líder do CDS, responsável pela adjudicação do contrato para a construção dos dois Submarinos em 2004 e, ainda, o principal implicado nas irregularidades dos contratos, quando estava em funções como ministro da Defesa do governo liderado por Durão Barroso. Os custos dos Submarinos ao Estado são um dos motivos de troca de “Acusações/ críticas” entre o governo e a oposição.

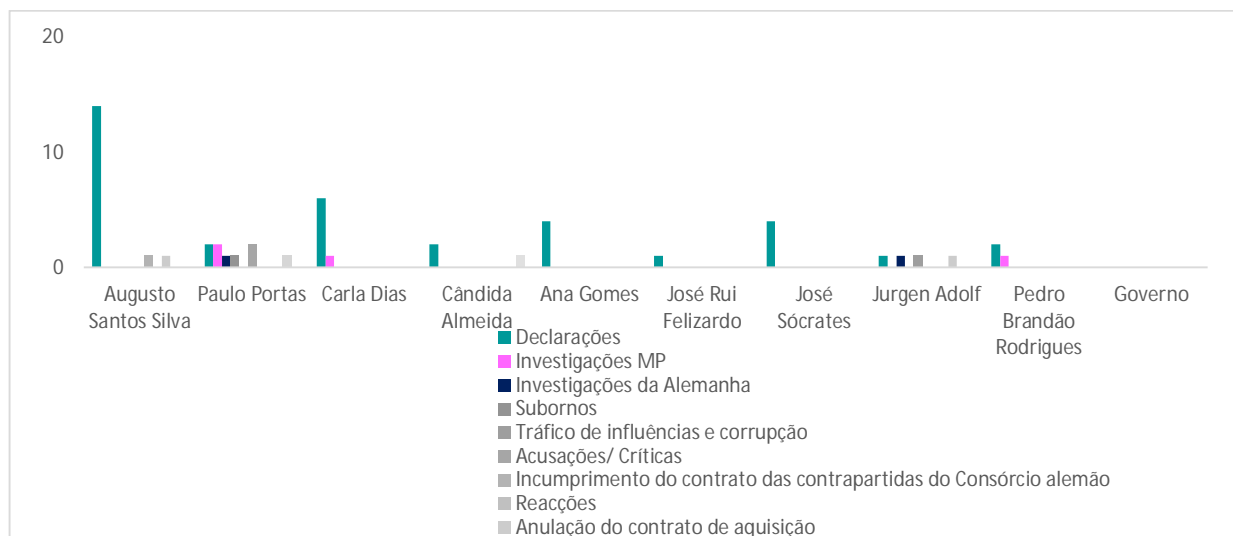
O terceiro ator com mais visibilidade é a procuradora-adjunta do DCIAP e responsável pelo processo dos Submarinos, Carla Dias. Esta exposição mediática explicar-se-á, não só pelas suas funções no Ministério Público, no âmbito das ações de investigação do caso Submarinos, mas também pelo relacionamento amoroso, tornado público, com o perito da Inteli – empresa que realizava as peritagens relativas ao processo das contrapartidas do caso em questão. Esse envolvimento, no parecer dos advogados de defesa, João Perry da Câmara e Rogério Alves, comprometeu o processo das contrapartidas, por questões de ordem ética.

A Eurodeputada do PS, Ana Gomes, tem grande visibilidade em dezembro de 2010 nas três emissoras. Em declarações, a Eurodeputada faz uma queixa na Comissão Europeia porque defende que o contrato de aquisição e contrapartidas dos submarinos deve ser anulado.

Observamos que não houve nenhuma posição do Presidente da República, Cavaco Silva, em relação a este caso de investigação criminal. Igualmente, o vice-presidente da Man Ferrostaal, Horst Weretecki, não aparece no “top ten” dos principais atores mencionados.

DOSSIÊ
ÉRICA ANITA BAPTISTA
PATRÍCIA CONTREIRAS
CORRUPÇÃO E MÍDIA: O CASO DOS SUBMARINOS EM 2010

Gráfico 3. Top 10 dos Atores e temas principais com maior visibilidade



N= 106

Indicadores referentes aos dois principais atores: Augusto Santos Silva (Total 17) – “Declarações” 14 peças (39%), “Incumprimento do contrato das contrapartidas do Consórcio alemão” 1 peça (100%), “Anulação do contrato de aquisição” 1 peça (50%); Paulo Portas (Total 9) – “Declarações” 2 peças (6%), “Acusações/ Críticas” 2 peças (100%), “Investigações MP” 2 peças (50%), “Investigações da Alemanha” 1 peças (50%); “Subornos” 1 peça (100%), “Renegociação do contrato das contrapartidas” 1 peça (100%)

Fonte: Projeto “Cobertura Jornalística da Corrupção Política: uma perspectiva comparada”

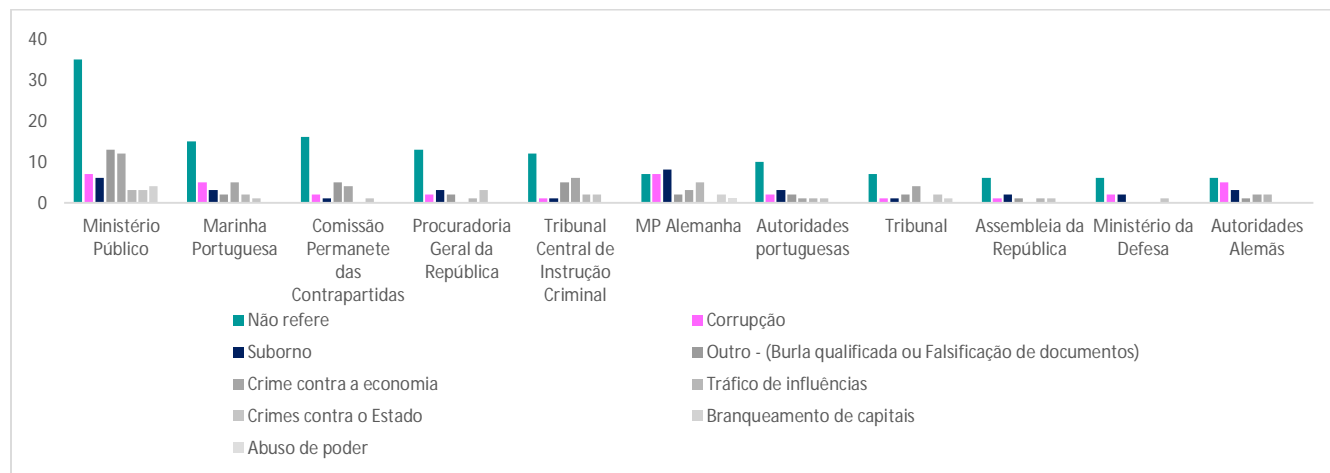
Na análise das instituições, públicas e privadas, que surgem associadas aos principais ilícitos, observamos que a maior parte das instituições públicas não têm ilícitos associados. A instituição pública mais referida é o “Ministério Público” (MP) português, o que é justificável, não só pela natureza do seu papel em investigar os ilícitos, como também pelo papel da diretora do DCIAP, em relação ao caso amoroso posto em causa. O MP está associado aos ilícitos “Burla e Falsificação de documentos”, “Crimes contra a Economia” e “Corrupção”.

A segunda instituição em destaque é a “Marinha Portuguesa”, associada aos ilícitos “Corrupção” e “Crimes contra a Economia”. A Marinha assume essa posição pelo envolvimento de altos quadros, nomeadamente o ex-contra-almirante, Rogério d'Oliveira, que teria recebido subornos após a assinatura do contrato entre Portugal e

DOSSIÊ
ÉRICA ANITA BAPTISTA
PATRÍCIA CONTREIRAS
CORRUPÇÃO E MÍDIA: O CASO DOS SUBMARINOS EM 2010

o consórcio alemão. A Marinha foi favorável à aquisição destes submarinos, considerando-os importantes no sistema de defesa nacional.

Gráfico 4. Instituições públicas e ilícitos com maior visibilidade



Indicadores referentes às duas principais instituições públicas associadas a ilícitos: “Ministério Público” (Total 40 peças) – “Burla e Falsificação de documentos” 13 peças (18%), “Crimes contra o Estado” 12 peças (19%), “Corrupção” 7 peças (12%), “Suborno” 6 peças (10%); “Branqueamento de Capitais” 4 peças (22%), “Crimes contra o Estado” 3 peças (12%), “Tráfico de Influências” 3 peças (12%); “Marinha Portuguesa” (Total 18 peças) – “Corrupção 5 peças (8%), Crime contra a Economia 5 peças (8%), Suborno 3 peças (5%), “Burla e Falsificação de documentos” 2 peças (3%), “Tráfico de Influências” 2 peças (8%), “Crimes contra a Estado” 1 peça (4%). N= 106.

Fonte: Projeto “Cobertura Jornalística da Corrupção Política: uma perspectiva comparada”

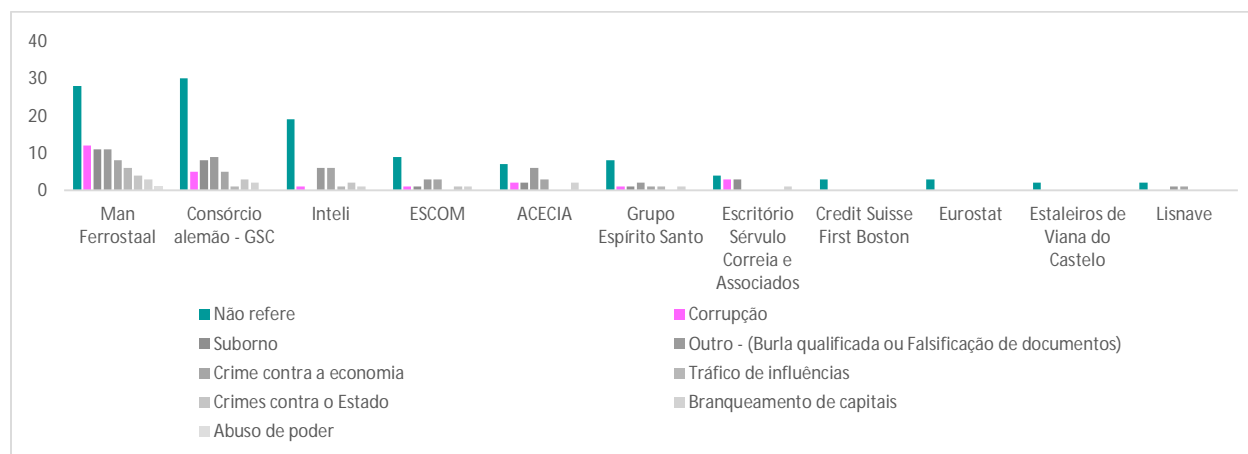
Relativamente às empresas privadas podemos averiguar que estas, na sua maior parte, não são referenciadas nas notícias que tratam de ilícitos. Verifica-se que a proeminência é da empresa Man Ferrostaal, uma das três empresas que faz parte do consórcio alemão e que está associada aos ilícitos “Corrupção”, “Suborno” e “Burla qualificada e Falsificação de documentos”. Em 2010 Horst Weretecki, vice-presidente da Man Ferrostaal, é um dos arguidos na Alemanha.

O Consórcio alemão é a segunda instituição mais referida em 2010 por não ter cumprido o contrato de contrapartidas, seguido da Inteli. Destacamos que esta instituição tem grande visibilidade em 2010, pelo facto de, como já frisámos, o seu presidente manter uma relação amorosa com um das procuradoras do MP, e de estar

DOSSIÊ
ÉRICA ANITA BAPTISTA
PATRÍCIA CONTREIRAS
CORRUPÇÃO E MÍDIA: O CASO DOS SUBMARINOS EM 2010

no centro de todas as instituições envolvidas no contrato de aquisição e contrapartidas dos submarinos, sejam elas o Ministério Público, a Comissão Permanente das Contrapartidas (CPC), o Agrupamento Complementar de Empresas para a Indústria Automóvel (ACECIA), a Man Ferrostaal ou a Espírito Santo Commerce (ESCOM).

Gráfico 5. Instituições privadas e ilícitos com maior visibilidade



Indicadores referentes às duas principais instituições privadas associadas a ilícitos: “Man Ferrostaal” (Total 38 peças) – “Corrupção” 12 peças (20%), “Suborno” 11 peças (19%), “Burla e Falsificação de Documentos” 11 peças (15%), “Crimes contra a Economia” 8 peças (13%), “Tráfico de Influências” 6 peças (23%); “Crimes contra o Estado” 4 peças (16%), “Branqueamento de Capitais” 3 peças (17%), “Abuso de Poder” 1 peça (50%); “Consórcio alemão” (Total 34 peças) – “Burla e Falsificação de Documentos” 9 peças (13%), “Suborno” 8 peças (14%), “Corrupção” 5 peças (8%), “Crimes contra a Economia” 5 peças (8%), “Crimes contra o Estado” 3 peças (12%), “Branqueamento de Capitais” 2 peças (11%), “Tráfico de Influências” 1 peça (4%). N= 106

Fonte: Projeto “Cobertura Jornalística da Corrupção Política: uma perspectiva comparada”

A análise dos dados permitiu-nos, também, traçar um percurso do caso dos *Submarinos* no ano de 2010, de forma a identificarmos as mudanças na visibilidade dos atores e das instituições no decorrer dos acontecimentos, colaborando para melhor compreensão das questões de partida deste trabalho. Assim, observamos que as emissoras conferiram visibilidade ao caso e, conforme o esperado, privilegiaram os atores em detrimento de análises mais aprofundadas sobre o caso. Também ficou evidente a perspectiva do escândalo, sobretudo, quando se revelou o relacionamento

amoroso entre a Procuradora-adjunta, Carla Dias, e o perito da Inteli, José Rui Felizardo.

Breves conclusões

A abordagem teórica mostra-nos que a corrupção não é exclusividade de países considerados de economia em desenvolvimento ou de democracia não consolidada. A ocorrência, ainda que em maior ou menor grau, é registada em várias sociedades. As origens da corrupção nas sociedades também é uma questão amplamente debatida, assim como a procura pela definição de um conceito que seja suficiente em toda a sua dimensão. No entanto, muitos esforços são feitos na tentativa de analisar e medir a ocorrência da corrupção. As dificuldades estruturais na avaliação dos fenómenos de corrupção obrigam ao recurso a medidas indiretas como a percepção, que é talvez a mais utilizada pelos investigadores na atualidade. Neste trabalho também recorreremos às noções de percepção da corrupção, a partir da análise da cobertura jornalística televisiva ao caso dos Submarinos.

Ao longo deste trabalho analisamos os principais temas noticiados, os atores intervenientes, instituições (públicas e privadas) e tipos de ilícitos. Ficou evidente que a cobertura jornalística do caso dos *Submarinos* foi tratada pelas emissoras privilegiando o escândalo e a espetacularização em detrimento do debate público sobre as causas e efeitos da corrupção na sociedade, e que houve uma sobreposição de atores em relação à análise do próprio caso. Vimos como as rotinas jornalísticas se justapõem, muitas vezes, à substância e à complexidade dos temas abordados pelos *media*. Verificamos que os órgãos televisivos se cingiram, genericamente, à captação de declarações e contra-declarações, mais ou menos previstas, preterindo o debate e o esclarecimento da opinião pública.

Outra nota conclusiva que gostaríamos de salientar é que os três canais de televisão de sinal aberto reproduziram e serviram de palco para as práticas,

representações e lutas das esferas políticas implicadas no caso. Os noticiários televisivos alimentam o confronto partidário entre os partido de governo e a oposição, quase reduzindo o caso dos Submarinos a essa dimensão de vida interna partidária.

Sabendo que os *media* são uma das principais fontes de percepção da realidade dos cidadãos, seria útil que este caso tivesse sido abordado em profundidade por *stakeholders* da área, como acadêmicos e outros especialistas, que, no episódio concreto, estiveram à margem do “debate” político-partidário que se tornou dominante. A polarização do assunto em torno dos atores partidários que se repetem e se tornam circulares, retiram espaço àquilo que é a essência deste caso: a questão da corrupção, a contaminação de interesses político-privados e a descredibilização da justiça e da política.

Referências

- BAPTISTA, E. A. Internet e escândalos políticos: a corrupção e as eleições municipais de 2012. In: A. Aldé, & F. J. P. Marques (Orgs.), *Internet e poder local*. Salvador: Edufba, 2015.
- BAPTISTA, E. A., & FRAIHA, P. Exposição e confiança nos meios de comunicação: efeitos sobre a percepção da corrupção. *38º Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu (Minas Gerais, Brasil), 2014.
- CASAS, D. P. M., & ROJAS, H. Percepciones de corrupción y confianza institucional. In H. Rojas *et al.* (Eds.) *Comunicacion y cidadania*. Bogotá: Universidade de Externado, 2011.
- CHONG, D., & DRUCKMAN, J. N. Theory of Framing and Opinion Formation in Competitive Elite Environments. *Journal of Communication* (57): 99–118, 2007.
- COLLINS, A. M., & LOFTUS, E. F. A spreading activation theory of semantic processing. *Psychological Review* 82: 407-28, 1975.
- CUNHA, I. F. Crise, corrupção política e media In: A. Sá et al. (Orgs.) *Aprofundar a crise*. Olhares multidisciplinares. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CUNHA, I. F. Visibilidade da cobertura jornalística da corrupção política e indicadores de opinião pública In: Cunha, I.F. & Serrano, E. (Orgs.) *A cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais*. Lisboa: Alêtheia, 2014.
- FIGUEIRAS, R. Anatomia do comentário: Corrupção, noticiários e destinatários. *Revista Média & Jornalismo*, 14 (26): 11-132, 2015.
- FILGUEIRAS, F. *Corrupção, democracia e legitimidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- HEIDENHEIMER, A., JOHNSTON, A. J., & LEVINE, V. *Political Corruption*. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 1999.
- IYENGAR, S., & KINDER, D. *News that matters: television and American opinion*. University of Chicago Press, 2010.

DOSSIÊ
ÉRICA ANITA BAPTISTA
PATRÍCIA CONTREIRAS
CORRUPÇÃO E MÍDIA: O CASO DOS SUBMARINOS EM 2010

- JOHNSTON, M. *Syndromes of Corruption: Wealth, Power and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- LONG, N. Local community as an ecology of games. *American Journal of Sociology*, 64: 251-261, 1958.
- LOPES, F. *Jornalista - Profissão ameaçada*. Lisboa: Alêtheia, 2015.
- MCCOMBS, M., & SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36 (49): 51-78, 1972.
- MELGAR, N., ROSSI, M., & SMITH, T. The perception of corruption in a cross-country perspective: Why are some individuals more perceptive than others? *Economia Aplicada*, 14(2):183-198, 2010.
- MOISÉS, J. A. A corrupção afeta a qualidade da democracia? *Em Debate*, Belo Horizonte, 2 (5): 27-37, 2010.
- PAIXÃO, B. *O Escândalo Político em Portugal – 1991-1993 e 2002-2004*. Coimbra: Minerva, 2010.
- PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: EDUFBA/Unesp, 2004.
- ROSE-ACKERMANN, S. *Corruption and Government*. New York: Cambridge University Press, 1999.
- SCHEUFELE, D. Agenda-setting, priming, and framing revisited: another look at cognitive effects of political communication. *Mass Communication & Society*, 3, (2&3): 297-316, 2000.
- SOUSA, L. *Corrupção*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2010.
- TELLES, H., FRAIHA, P., & LOPES, N. Meios de Comunicação, corrupção e redes sociais nas eleições para prefeito no Brasil. In: I. F. Cunha, & E. Serrano (Orgs.) *Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais*. Lisboa: Alêtheia: 421-457, 2014.
- THOMPSON, J. B. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- WEAVER, D. Thoughts on Agenda Setting. Framing, and priming. *Journal of Communication* 57: 142-147, 2007.